



CÂMARA MUNICIPAL DE GOUVEIA

1 - - - - **ATA N.º 22/2018** – Reunião extraordinária da Câmara Municipal de
2 Gouveia, realizada no dia trinta de outubro de dois mil e dezoito.

3 - - - - Aos trinta dias do mês de outubro do ano de dois mil e dezoito, nesta
4 cidade de Gouveia, edifício dos Paços do Concelho e Sala de Reuniões, pelas
5 dez horas, reuniu extraordinariamente a Câmara Municipal de Gouveia, com o
6 objetivo de dar cumprimento à respetiva Ordem do Dia.

7 **I - PERÍODO DE “ORDEM DO DIA”**

8 **1. DELIBERAÇÕES**

9 **1.1** Discussão e votação da Proposta de Orçamento, PPI, Atividades Mais
10 Relevantes e Grandes Opções do Plano da Câmara Municipal de Gouveia para o
11 ano de 2019.

12 **1.2** Discussão e votação do Relatório de Apreciação da Candidatura para
13 Aquisição de Lote na Zona Industrial das Amarantes pela empresa SRL - Os Meus
14 Serviços de Limpeza, Unipessoal, Lda.

15 - - - - Encontravam-se presentes os Excelentíssimos(as) Senhores(as) Luís
16 Manuel Tadeu Marques, Presidente, João Paulo Mendes Agra, Joaquim Lourenço
17 de Sousa, Teresa Maria Borges Cardoso, Maria Conceição Castro Salvador,
18 Jorge Abrantes Cardoso Ferreira, José Nuno Ribeiro Saraiva Silva Santos,
19 Vereadores, comigo Vera Lúcia Rodrigues Mota, Chefe da Divisão de Finanças,
20 Património e Aprovisionamento.

21 - - - - Verificando-se que a Câmara estava reunida em número legal suficiente
22 para deliberar, pelo Senhor Presidente foi declarada aberta a reunião.

23 **I – PERÍODO DE “ORDEM DO DIA”**

24 **4. DELIBERAÇÕES**

25 - - - - **1.1) DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE ORÇAMENTO, PPI,**
26 **ATIVIDADES MAIS RELEVANTES E GRANDES OPÇÕES DO PLANO DA**
27 **CÂMARA MUNICIPAL DE GOUVEIA PARA O ANO DE 2019:-** Usou da palavra
28 o Senhor Presidente começando por referir que o Orçamento que se apresenta
29 para o ano de 2019, neste ponto de partida, apresenta um decréscimo de 2,72%,
30 face ao ano de 2018, na medida em que há um conjunto de intervenções que
31 estão com uma dotação no valor de 1,00 euro, uma vez que ainda não sabem o



CÂMARA MUNICIPAL DE GOUVEIA

32 resultado de possíveis candidaturas. Ainda há instantes esteve a questionar uma
33 determinada entidade a propósito de uma dessas candidaturas e lhe transmitiram
34 que, eventualmente, nos próximos quinze dias a três semanas, já haverá uma
35 resposta. Contudo para já, e cautelarmente, não incluíram o montante da
36 intervenção em causa, no valor de mais de 200 mil euros, pelo que se encontra
37 inscrita com um montante de 1,00 euro.

38 Tal como em relação a outras que não sendo objeto de candidatura,
39 nomeadamente, a Rede Viária, encontra-se inscrita, neste momento, porque,
40 obviamente, a Câmara vai realizar a sua concretização através do recurso a
41 empréstimo e não se iria empolar o Orçamento, não se tendo previamente
42 aprovado o empréstimo para tal.

43 Resumidamente, o Orçamento para o ano de 2019, vai prosseguir com aquelas
44 que têm sido as grandes preocupações do Município, designadamente:

45 - O investimento no Setor da Educação nos diferentes programas referentes a
46 esta área;

47 - Intervenções na Rede Viária do concelho, algumas já estão neste momento a
48 ser objeto de projeto para que, na altura certa, em termos atmosféricos, se possa
49 avançar com a sua concretização em termos práticos;

50 - No Setor da Economia e do Emprego, pretendem prosseguir com os programas
51 e continuar a levar as empresas do concelho o mais longe possível,
52 nomeadamente, com a sua presença em feiras no estrangeiro de modo a
53 ganharem outra visibilidade, já que, em termos nacionais, felizmente, já têm o
54 reconhecimento em relação à qualidade dos seus produtos e das suas empresas;

55 - A Valorização do Parque Ecológico, trata-se de uma intervenção que está
56 prevista no Pacto da CIM, ao nível do Plano do Património Material, uma vez que
57 no Plano do Património Imaterial foi apenas incluído Património Classificado e o
58 Município de Gouveia não o tem nessa dimensão, pelo que foram compensados
59 ou minimizados em termos desta diferenciação no Património Natural;

60 - Apresentação de diversas candidaturas no âmbito do Gabinete de Proteção
61 Civil, nomeadamente, as candidaturas apresentadas para a prevenção dos
62 incêndios e de regeneração das zonas ardidas;



CÂMARA MUNICIPAL DE GOUVEIA

- 63 - Apresentação de Candidatura ao nível da Requalificação de Linhas de Água, a
64 qual veio aprovada recentemente, passando a sua execução para o ano de 2019,
65 até por recomendação da própria APA, por se estar em época de inverno;
- 66 - Aludiu que o foco principal em termos de obras não vai deixar de ser, como é
67 óbvio, a Reabilitação Urbana da cidade de Gouveia, com a concretização da 1.^a
68 fase do PEDU de Gouveia, de que são exemplos a Requalificação do Mercado
69 Municipal e as demolições da antiga fábrica Bellino & Bellino;
- 70 Muito em breve virá a reunião de Câmara o procedimento concursal para a
71 reabilitação do edifício que vai servir de incubadora, no valor de mais de 2
72 milhões de euros. Em termos de execução, é uma intervenção que obriga a um
73 Concurso Público e respetivo Visto do Tribunal de Contas, condicionantes que
74 não controlam, pelo que não se pode estar a prever um grande desenvolvimento
75 em termos de obra e do consumir da verba que têm destinado para tal, porém vão
76 fazer o máximo possível para que seja com a maior brevidade. Destacou, ainda, a
77 Requalificação do Bairro do Castelo e da zona envolvente da Central de
78 Camionagem;
- 79 - A continuidade do Programa do POSEUR com os vários investimentos de
80 Drenagens Públicas e Tratamento de Águas Residuais (Figueiró da Serra/ Vila
81 Cortês da Serra/Moimenta da Serra/ Cativelos/Nabais/Nabainhos) e a ampliação
82 da rede de esgotos em Rio Torto;
- 83 - Na área do Saneamento, estão previstos dois projetos que pretendem
84 concretizar, preferencialmente, com apoio no âmbito do POSEUR, embora as
85 regras tenham sido alteradas, uma vez que foi publicado o Aviso para
86 apresentação de candidaturas, até ao final de fevereiro de 2019 e os Municípios
87 já não podem candidatar-se sozinhos, ou seja, as candidaturas a apresentar terão
88 que ser em “agregações de Municípios”.
- 89 Assim, nesta vertente da “Baixa” existem três possibilidades: ou os Municípios
90 continuam “por si” e deixam de ter a possibilidade de apresentar candidaturas ao
91 POSEUR; ou têm juntamente com outros Municípios uma vontade/imposta de se
92 agregarem; ou então optam por entregar a “Baixa” ao Sistema Multimunicipal do



CÂMARA MUNICIPAL DE GOUVEIA

93 qual fazem parte e a partir daí passa a ser este Sistema a fazer essas
94 intervenções.

95 Como é óbvio, face ao histórico do nosso Sistema Multimunicipal, não será
96 aconselhável estarem a pensar nesta possibilidade de entregar a “Baixa”.

97 Por outro lado, já foi aprovada uma deliberação para um projeto de possível
98 agregação de Municípios, neste caso, Gouveia, Seia e Oliveira do Hospital, a que
99 se juntaram Fornos de Algodres e Celorico da Beira. E, portanto, é uma realidade
100 que está em cima da mesa. Dentro em breve, vão ter uma reunião para
101 debaterem este assunto. Mas, de facto, em relação ao Aviso, com uma certa
102 “ameaça” do Senhor Ministro do Ambiente, será para se concretizar essa
103 “agregação” para as próximas candidaturas.

104 Portanto, neste Orçamento, pretende-se pôr o *enfoque*, por um lado, em termos
105 de Saneamento, ao nível da Rede de Saneamento da Freguesia de São Paio, que
106 apresenta imensos problemas, estando já a afetar terrenos privados, bem como
107 uma intervenção na Freguesia de Paços da Serra, numa zona da freguesia que
108 abrange bastantes habitações e que não foi possível incluir no Aviso anterior e
109 que gostariam de integrar nesta próxima candidatura.

110 - Evidenciou uma outra área muito importante relacionada com as perdas de água
111 que, neste momento, já são na ordem dos 40% a 50% e essa possibilidade de
112 candidatura abrange também o Ciclo da Água.

113 Assim, após resolvidos os problemas ao nível do Saneamento, é de opinião que
114 as prioridades seriam as intervenções na rede de abastecimento de água em
115 “Baixa”, para precisamente se tentar eliminar o mais possível as suas perdas que
116 resultem de condutas e do sistema de transporte de água muito antigos e que,
117 com o tempo, tem originado o desgaste dos próprios materiais, permitindo fugas
118 de água, sendo que, cada vez que se compra água, isso resulta em prejuízo.

119 Deste modo, agora que saiu o Aviso, é essencial saber em que condições se
120 podem apresentar essas candidaturas ao Saneamento, bem como no âmbito do
121 Ciclo da Água.

122 - Em termos desportivos, destacou a requalificação de alguns equipamentos,
123 como é o caso do court de ténis e piscinas descobertas, sobretudo ao nível dos



CÂMARA MUNICIPAL DE GOUVEIA

124 seus balneários e espaço interior, para que possam servir de forma mais
125 adequada todos os utentes que ali vão desfrutar daquele espaço, bem como a
126 requalificação de edifícios municipais como a Biblioteca Municipal e o Museu Abel
127 Manta.

128 - Neste Orçamento pretendem ainda enveredar todos os esforços para poder vir a
129 enquadrar a concretização da Requalificação da Vile Josephine, em Melo. Um
130 projeto que está a ser desenvolvido e a ser analisado junto da CCDRC, de modo
131 a verificar em que Eixo ou Programa se pode vir a candidatar. Uma das
132 possibilidades seria no âmbito do “VALORIZAR”, no entanto, este Programa
133 contempla uma verba insuficiente e não será aprovada mais do que uma
134 candidatura por Município. Contudo, vão analisar essa possibilidade, pois é uma
135 preocupação manifestada.

136 - Ao nível da Eficiência Energética, há candidaturas que já decorrem deste ano e
137 que, infelizmente, ainda não tiveram qualquer concretização, porque ainda nem
138 sequer foram objeto de decisão. Há praticamente um ano que estão a aguardar
139 uma resposta em relação à Candidatura da Eficiência Energética, quer ao nível
140 dos edifícios municipais, como são exemplo disso: as Piscinas Municipais
141 Cobertas, equipamento que mais despende em termos de consumo energético e
142 que visará obter uma redução apreciável do custo com esse consumo; o Pavilhão
143 Municipal; bem como uma redução ao nível da Iluminação Pública na cidade e
144 nas freguesias, com investimentos significativos, tendo em vista a eficiência de
145 consumo energético e a conseqüente redução dos encargos com a aquisição de
146 energia.

147 - É intenção deste Orçamento continuar a desenvolver uma candidatura que está
148 a ser objeto de execução final na CCDRC e que se prende com a “Valorização da
149 Fileira do Queijo”, relacionada com a área do queijo e ovinicultura, bem como com o
150 “Banco de Terras” e “Incubadora de Base Rural”.

151 Espera que aquilo que foi apresentado na candidatura em relação ao que no final
152 for aprovado, não seja significativamente desvirtuado, pois já teve algumas
153 informações que a mesma poderá vir a ter algumas diferenças significativas em
154 relação àquilo que foi proposto, e até por insistência e sugestão dos técnicos da



CÂMARA MUNICIPAL DE GOUVEIA

155 CCDRC, que ela não venha, no final, a sofrer alterações significativas e que a
156 desvirtuem do objetivo inicial.

157 - Pretendem prosseguir em termos institucionais com toda a colaboração e toda a
158 concretização dos programas com as Juntas de Freguesia e com todas aquelas
159 que de facto apresentem propostas de intervenção e, ao mesmo tempo, continuar
160 como o apoio ao movimento associativo, seja ele desportivo, cultural ou de outro
161 género. Somos de facto um concelho muito rico em termos associativos e existe
162 essa preocupação de estarem sempre presentes em todos os eventos realizados
163 pelas associações e é preciso ter-se a noção de que muitos dos eventos
164 realizados, o são, muitas vezes, com o apoio da Câmara.

165 Em conclusão, terminou, dizendo que é um Orçamento que, cautelarmente, tem
166 um valor que, em relação ao valor inicial do ano passado, é um valor mais baixo,
167 porque há um conjunto de rubricas que, neste momento, não fará sentido estar a
168 colocar com os respetivos valores estimados para as suas intervenções.

169 Desta forma e nesta fase, não vão estar a empolar o Orçamento, porque não faz
170 sentido, aguardando pelo desfecho de candidaturas que estão efetuadas e pela
171 aprovação do empréstimo bancário para a concretização das intervenções
172 previstas e que são de montante muito significativo, estando suscetível a
173 sugestões que os Senhores Vereadores pretendam dar não desvirtuando o
174 previsto.

175 Usou da palavra a Senhora Vereadora Conceição Salvador alertando para um
176 erro de ortografia na página 29: *“A perda de rendimento resultante da venda
177 apressada do material lenhoso ardido e a preços muitas vezes especulados,
178 provoca um acréscimo nos rendimentos dos produtores florestais”*, o termo
179 correto será “decrécimo”.

180 De seguida colocou algumas questões que pretendia ver esclarecidas e que se
181 prendem com o seguinte:

182 - No Orçamento, na parte da Receita, existe uma rubrica “Transporte Público
183 Flexível”, com uma dotação de €212.500,00, pretendia saber a que diz respeito.

184 Usou da palavra o Senhor Presidente informando que se trata de uma
185 candidatura que faz parte do PEDU. Visa sobretudo criar condições para que haja



CÂMARA MUNICIPAL DE GOUVEIA

186 transporte que possa permitir que os habitantes das freguesias se possam
187 deslocar à sede do concelho e vice-versa. Está relacionada com o conceito do
188 “transporte porta à porta” que a CCDRC tem como bandeira. Para este efeito,
189 naquele dia, a Técnica desta Autarquia, Dra. Paula Camelo, encontrava-se na
190 CCDRC para concretizar mais efetivamente o objetivo e conceito do programa.

191 Prosseguiu a Senhora Vereadora Conceição Salvador questionando ainda do
192 lado da Receita, uma rubrica designada de “Recuperação de imóvel para
193 Exposição de Património Judaico”, no valor de €10.000,00 e outra rubrica de
194 “Valorização de Património Judaico e Cristão-Novo”, no valor de €18.590,00, é um
195 edifício que existe e vai ser recuperado?

196 Respondeu o Senhor Presidente informando que se trata de um edifício
197 propriedade da Câmara Municipal, sito na zona da Biqueira, mais propriamente,
198 junto à “Casa do Passadiço”, cujo objetivo é que com a recuperação seja uma
199 única edificação, requalificando assim esta casa de modo a voltar a ter a sua
200 funcionalidade de passagem. É mais um projeto em articulação com o Senhor
201 Professor Pedro Carvalho, o qual vai de encontro e é mais uma ação de
202 concretização do “Programa da Identidade e Memória”, porque há de facto
203 naquela zona muitos sinais evidentes de forte presença judaica.

204 Continuou a Senhora Vereadora Conceição Salvador questionando em relação à
205 dotação na rubrica “Caminhos Rurais”, com um valor de €46.602,00. Sendo os
206 caminhos rurais uma preocupação de todas as freguesias, pois não tem havido
207 intervenção em condições, pretendia saber se há previsão de outra verba para
208 além deste montante.

209 Respondeu o Senhor Presidente referindo que há previsão mas não no âmbito
210 dos caminhos rurais, mas sim na parte da rede florestal que cobre uma série de
211 freguesias, nomeadamente, do Alto Concelho, com mais de €100.000,00.

212 Interveio o Senhor Vereador Joaquim Lourenço esclarecendo que de acordo com
213 a Lei, os caminhos rurais são competência das Juntas de Freguesia. Muito
214 embora a Câmara Municipal colabore e continue a colaborar no arranjo e
215 manutenção dos mesmos, mas desde que foi publicada a Lei 75/2013, de 12 de
216 setembro, as Juntas de Freguesia passaram a ter essa competência. O protocolo



CÂMARA MUNICIPAL DE GOUVEIA

217 que se celebra anualmente diz respeito à limpeza de bermas, valetas e
218 sumidouros na parte urbana que é competência da Câmara. Porque, na parte da
219 manutenção dos caminhos, é competência das Juntas de Freguesia, isso está
220 explícito na Lei.

221 Interveio a Senhora Vereadora Conceição Salvador questionando se os apoios
222 que são transferidos para as Juntas de Freguesia são suficientes para o arranjo
223 de caminhos rurais.

224 Respondeu o Senhor Vereador Joaquim Lourenço referindo que isso é
225 competência própria das Juntas de Freguesia e quando é competência própria,
226 decorre do próprio Orçamento de cada Junta de Freguesia.

227 Interveio o Senhor Presidente referindo que o que tem acontecido já é uma
228 prática antiga, em que a rede viária, seja alcatrão ou rural, as Juntas solicitam à
229 Câmara, que nunca diz que não e não podia dizer. Houve de facto esta alteração
230 à Lei, mas os Senhores Presidentes de Junta ainda não imbuíram esta
231 competência. Regularmente recebe pedidos de cedência de máquina para os
232 caminhos como era antigamente. Todavia, existem Juntas de Freguesia que,
233 pelos seus orçamentos, lhes permitem recorrer a esses serviços e investem, mas
234 é óbvio que esta competência ainda não foi verdadeiramente assumida pelos
235 Senhores Presidentes de Junta e a prática tem sido sempre recorrer à Câmara. A
236 solução poderia ser através dos contratos a 50% passarem a incluir estas
237 intervenções.

238 Interveio o Senhor Vereador Joaquim Lourenço referindo que nessa modalidade
239 não é possível, pois não é uma competência da Câmara, portanto não pode ser
240 delegada. As competências que são da Câmara e que estão previstas e
241 elencadas na Lei 75/2013, de 12 de setembro podem ser delegadas. Similar tem
242 sido com as escolas, na medida em que se celebra um protocolo delegando as
243 competências da Câmara, que são o aquecimento e pequenas reparações. O
244 expediente e limpeza das escolas é competência própria das Juntas e portanto
245 não se inclui em nenhum protocolo, sai do próprio Orçamento de cada Junta de
246 Freguesia. Com a viação rural tem sido a mesma coisa, como tem sido prática
247 habitual, recorrem à Câmara. Considera que a Câmara deve continuar a



CÂMARA MUNICIPAL DE GOUVEIA

248 colaborar, mas cada um tem que assumir aquilo que são as suas
249 responsabilidades, tanto mais que também existiu a transferência de uma parte
250 do IMI para as Juntas de Freguesia. No entanto, a Câmara tem arranjado diversos
251 caminhos no âmbito de candidaturas e não só.

252 Usou novamente da palavra a Senhora Vereadora Conceição Salvador
253 questionando, e uma vez, que estão em negociações com os herdeiros de
254 Fernando Oliveira Viegas, qual a rubrica que prevê a compra do terreno junto ao
255 Intermarché e se realmente se vai concretizar no próximo ano.

256 Respondeu o Senhor Presidente referindo que a resolução desse assunto será no
257 próximo ano, sendo que existe uma rubrica com valor residual.

258 Interveio o Senhor Vereador Joaquim Lourenço referindo que a rubrica tem, de
259 facto, um valor residual, mas se chegarem a acordo será reforçada. Sempre que o
260 interesse municipal se justifique, arranjarão os mecanismos financeiros
261 necessários para resolver isso, ou com recurso a crédito ou transferência de uma
262 rubrica para outra, se assim o entenderem neste órgão. O essencial é que a
263 rubrica esteja aberta e disponível para esse feito.

264 Usou novamente da palavra a Senhora Vereadora questionando em relação ao
265 Programa SPIN, não verificou a existência de nenhuma rubrica aberta, mas na
266 apresentação fala do Programa, pelo que gostaria de saber quais os custos
267 previstos e os proveitos que a população irá ter ou já teve no ano transacto, uma
268 vez que vai ser alargado o programa de atribuição de manuais escolares por parte
269 do Estado.

270 Usou da palavra o Senhor Vereador Joaquim Lourenço referindo que o Programa
271 SPIN fechou, no próximo ano está prevista a entrega de manuais escolares a toda
272 a população escolar até ao 12.º ano. Já lhe foi apresentado o relatório deste ano
273 letivo que se encontra com o Senhor Chefe de Divisão Dr. Helder Almeida, dado
274 que foi para ele que foi remetido o documento. Trará aqui num próximo momento
275 o relatório sobre deste ano letivo. Não está previsto o Programa SPIN para o
276 próximo ano letivo, pelo que é preciso corrigir o texto.

277 É de opinião que o Governo é que deveria aproveitar esse programa, pois os
278 Agrupamentos de Escolas não terão essa capacidade para poder reutilizar e



CÂMARA MUNICIPAL DE GOUVEIA

279 deviam fazê-lo. Se não arranjam alguém que tenha “*know how*” para o poder
280 fazer, em termos económicos, mas sobretudo em termos ecológicos, é um
281 desperdício muito grande, pois as escolas não têm essa capacidade para
282 trabalhar nesta escala.

283 Prosseguiu a Senhora Vereadora Conceição Salvador referindo que na página 20
284 do Relatório fala em “mobilidade urbana sustentável”, pretendia esclarecimento.

285 Respondeu o Senhor Presidente referindo que tem a ver com a informação no
286 âmbito do PEDU, trata-se de uma componente mais informativa.

287 Relativamente à água – continuou a Senhora Vereadora Conceição Salvador – e
288 às suas perdas, o Senhor Presidente já esclareceu que prevê uma candidatura,
289 portanto para o investimento que irá ser feito nessa área também está aberta a
290 rubrica só com um valor residual?

291 Respondeu o Senhor Presidente referindo que a rubrica tem um valor residual, na
292 medida em que recentemente foi publicado o Aviso para o período do próximo
293 ano, até final de fevereiro de 2019, mas não está ainda claro se haverá algum
294 plafonamento por municípios agregados. Não vale a pena estar a especular
295 valores. Podiam inscrever 5 milhões de euros que corresponde à estimativa do
296 Senhor Chefe de Divisão Eng.º António Mendes, mas se forem aprovados apenas
297 um ou dois milhões para essa área, estariam de facto a empolar o Orçamento.
298 Assim, muito em breve, vai realizar-se uma reunião para esclarecimento das
299 dúvidas do respetivo Aviso para que a Câmara se possa orientar, em termos de
300 possibilidade de agregação, embora os Sistemas continuem em cada Município,
301 não há alienação de nada, há apenas o sistema de gestão partilhado.

302 Agora, de facto não sabem ainda verdadeiramente qual o montante. Na última
303 reunião que tiveram e, recentemente, o Senhor Secretário de Estado do Ambiente
304 esteve em Seia, e não foi claro no caso do plafonamento, ou seja, se seria de um
305 milhão, dois milhões ou três milhões para possibilidade de candidatura. Não se
306 sabendo isso em particular, não vale a pena estar a especular sobre o assunto.
307 Quando existir uma certeza, será submetido a reunião de Câmara e à Assembleia
308 Municipal o modelo de junção dos Municípios do Sistema Intermunicipal, com a



CÂMARA MUNICIPAL DE GOUVEIA

309 necessária informação. Estes sistemas que agora são obrigados a criar são
310 impostos como a única possibilidade de efetuar candidaturas.

311 Se houver algum plafonamento ao nível do País e se para Gouveia for de um
312 milhão de euros, tem que haver obrigação de assumir contrapartidas. No conjunto
313 destes municípios terá que haver harmonização progressiva dos próprios
314 tarifários e isso será uma penalização para os consumidores. Ora bem, pode
315 entender-se que existe essa “penalização” para os consumidores, mas poderá
316 haver um ganho e esse ganho traduzir-se-á quanto mais se possa fazer em
317 termos de candidaturas que tenham por objetivo ultrapassar, por um lado, os
318 constrangimentos em termos de saneamento e, por outro lado, ao nível da água
319 irem eliminando as perdas que existem.

320 É um investimento em que ele próprio se vai remunerar, porque deixando de ter
321 essas perdas, não se desperdiça dinheiro, porque em vez de se comprar 800 mil
322 euros anuais de água, passa-se a comprar 500 mil euros, porque se deixa de ter
323 aquele montante de perda.

324 Como disse, dentro em breve vai realizar-se uma reunião, juntamente com o
325 Gabinete Técnico que está a auxiliar na análise deste assunto, de modo a que a
326 situação fique esclarecida para todos e transmitirá aos Senhores Vereadores essa
327 informação.

328 Usou novamente da palavra a Senhora Vereadora Conceição Salvador referindo
329 que aquando da entrega do documento do Orçamento aos Vereadores do PS, foi-
330 lhes dito que a questão dos precários traria em termos de Orçamento do próximo
331 ano um custo acrescido de cerca de €800.000,00, considerando já o desbloqueio
332 das carreiras, mas verificam que, comparando as despesas de pessoal de 2018 e
333 o previsto para 2019 existe um acréscimo que não chega aos €600.000,00,
334 questiona se está tudo previsto nesta rubrica.

335 Usou da palavra o Senhor Vereador Joaquim Lourenço referindo que havia nos
336 anos anteriores pessoal dos chamados POC's que estavam considerados e há
337 essa compensação e de facto não é apenas essa rubrica que vai refletir.

338 Usou da palavra o Senhor Vereador João Paulo Agra chamando a atenção para a
339 página 7 do relatório com um título no ponto 2.3 “... *total as responsabilidades*



CÂMARA MUNICIPAL DE GOUVEIA

340 *financeiras resultados de compromissos ...*”, talvez a melhor redação fosse
341 “resultado”.

342 Corrigiu o Senhor Vereador Joaquim Lourenço dizendo que efetivamente o termo
343 correto é “resultantes”, pelo que será corrigido.

344 Retomou a palavra o Senhor Vereador João Paulo Agra falando no impacto das
345 ARU's, por um lado, nas Receitas da Câmara, uma vez que vai haver benefícios
346 fiscais ao nível do IMT, IMI e licenças, mas também do lado das Despesas, ao
347 nível do que pretende fazer em cada um dos aglomerados urbanos que vai ser
348 objeto dessas áreas de reabilitação urbana.

349 Usou da palavra o Vereador Joaquim Lourenço referindo que o Quadro-Resumo
350 da Receita Corrente, tanto as taxas como os impostos diretos baixam.

351 Usou da palavra o Senhor Presidente esclarecendo que os benefícios fiscais e as
352 ARU's não são para imóveis novos ou a construir, aplica-se apenas a imóveis
353 com trinta anos ou mais anos ou aqueles que, não tendo essa idade, mas pelo
354 seu estado de degradação ser tal que uma vistoria o classifica como devendo ser
355 enquadrado no âmbito da ARU para haver reabilitação do mesmo por parte do
356 seu proprietário. É para estes casos específicos que visa precisamente a
357 requalificação de património imobiliário e degradado.

358 Retomou a palavra o Senhor Vereador João Paulo Agra referindo que não são
359 perceptíveis investimentos associados da Câmara, para aquilo que vão ser as
360 insuficiências detetadas em cada um desses aglomerados urbanos, ou seja, se é
361 previsto para cada uma das intervenções que os particulares tenham benefícios
362 para reabilitarem o que têm, também é verdade que à Câmara é pedido um
363 esforço adicional no sentido de fazer aquilo que lhe compete e a esse nível
364 deixava essa nota, pois não parece evidente no documento quais são as
365 contrapartidas em termos de investimento da Câmara.

366 Por outro lado, em relação às dívidas ou aos valores reclamados quer pelas
367 Águas de Lisboa e Vale do Tejo, quer pela empresa Manuel Rodrigues Gouveia
368 S.A., se num dos lados está perfeitamente identificado que tem que ver no âmbito
369 da Gouveinova S.A., no outro caso, a Manuel Rodrigues Gouveia S.A.,
370 concretamente a que diz respeito?



CÂMARA MUNICIPAL DE GOUVEIA

371 Usou da palavra o Senhor Presidente referindo que se trata de um caso antigo,
372 que já se arrasta há muito tempo e que se encontra em Tribunal e que se prende
373 com a construção da Variante de Vila Nova de Tazem, que teve um acréscimo
374 muito significativo. Foi um projeto do GAT e o levantamento que foi efetuado ou
375 não houve, ou então, quando chegaram a um determinado ponto, não avançaram,
376 pois encontrava-se uma autêntica cratera que era necessário encher e não estava
377 contemplado no projeto e teve custos acrescidos. É um processo que está a
378 decorrer os seus trâmites em Tribunal e tem que ver com essa obra inter-
379 municipal e quem deve é a Câmara de Gouveia, porque a obra era no seu
380 concelho.

381 Usou novamente da palavra o Senhor Vereador João Paulo Agra referindo que se
382 tem falado nos últimos tempos sobre a forma de regularização das dívidas, que é
383 fundamental para os Vereadores do PS pela volumetria das mesmas, pelo que
384 queria perguntar se existe algum pormenor que possa adiantar relativamente a
385 isso, nomeadamente a intervenção do BEI ou os acordos de regularização dessas
386 verbas.

387 Usou da palavra o Senhor Presidente referindo que em relação a esse assunto
388 em particular houve uma reunião há cerca de um mês no Ministério do Ambiente,
389 onde esteve presente o Senhor Ministro e Senhor Secretário de Estado e os
390 administradores da empresa Águas do Vale do Tejo, em que ficou decidido iniciar
391 um processo para ver se finalmente se chega a uma decisão. Um conjunto de
392 reuniões entre os Municípios e a Administração desta empresa, com o
393 acompanhamento do Senhor Ministro do Ambiente. Está marcada para breve uma
394 outra reunião e o objetivo que está em cima da mesa para todas as partes, até
395 porque à própria empresa interessa obviamente, até face a compromissos que
396 tem com o BEI, que a situação se resolva. Aos Municípios também interessa para
397 que de uma vez por todas as suas dívidas sejam efetivamente e em definitivo
398 aferidas e seja transferido para as Câmaras o montante de 19,5 milhões que está
399 estipulado no Acordo que foi efetuado entre a empresa e os Municípios, com a
400 supervisão e envolvimento do Ministério do Ambiente. Este só não foi
401 homologado, porque estavam em período de eleições e o Secretário de Estado da



CÂMARA MUNICIPAL DE GOUVEIA

402 altura entendeu por bem – o Senhor Presidente considera mal - não o homologar,
403 pois o assunto já podia estar resolvido. Espera que, de uma vez por todas, se
404 possa chegar a uma resolução acerca do assunto que depois, se é com recurso a
405 mecanismos de financiamento da dívida que a própria empresa pode
406 disponibilizar aos Municípios via BEI, ou de um mecanismo previsto que pode
407 chegar no limite até aos 25 anos para pagamento das dívidas previsto no
408 Orçamento de Estado.

409 Interveio a Senhora Vereadora Conceição Salvador perguntando se a perspectiva
410 é que este valor possa ser inferior.

411 Respondeu o Senhor Vereador Joaquim Lourenço afirmativamente, uma vez que
412 existe dinheiro para ressarcir ao Município.

413 Usou novamente da palavra o Senhor Vereador João Paulo Agra referindo-se aos
414 mecanismos de contabilização dos auto-consumos, se pode adiantar alguma
415 coisa sobre este mesmo assunto, isto é, que consequências é que isso tem em
416 termos de contas.

417 Respondeu o Senhor Vereador Joaquim Lourenço referindo que existe uma
418 compensação do lado da Despesa e do lado da Receita.

419 Prosseguiu o Senhor Vereador João Paulo Agra referindo que ao nível da Receita
420 Total, é dito no documento que quanto aos Programas Comunitários “... o
421 *Município de Gouveia, em 2019, prevê arrecadar menos 593.937 euros de*
422 *Receita Global, sobretudo na Receita de Capital, pois alguns investimentos com*
423 *financiamento do Portugal 2020 iniciaram em 2018, tendo já sido arrecadadas*
424 *parte das verbas”. A questão que coloca é se atualmente existe algum*
425 mecanismo de adiantamento em relação às candidaturas que são feitas.

426 Respondeu o Senhor Vereador Joaquim Lourenço referindo que está a decorrer a
427 Requalificação da Zona envolvente à Central de Camionagem, a Requalificação
428 da Habitação da Mata Rainha, o Mercado Municipal, as Drenagens, as ETAR's,
429 tudo do Quadro Comunitário, foi feita a previsão até 31/12/2018.

430 Interveio o Senhor Presidente dizendo que na candidatura que fizeram à APA, ao
431 nível das Requalificação das Linhas de Água, são 300.000,00 euros que vão ser



CÂMARA MUNICIPAL DE GOUVEIA

432 transferidos ainda este ano para a Câmara, mas não vai ter execução nenhuma
433 concreta este ano, pelo que deve ser entendida como uma antecipação.

434 Prosseguiu o Senhor Vereador João Paulo Agra referindo que na página 11, a
435 redação que é dada à regularização dos precários, parece-lhe não ser de todo a
436 mais feliz, porque não corresponde àquilo que foi para a Câmara este importante
437 momento de regularização dos vínculos precários e passou a citar: “(...) *foi*
438 *necessária a integração de 43 postos de trabalho no mapa de pessoal de 2018.*”

439 O termo “*foi necessária*” é desvalorizar um aspeto que é bastante importante, pelo
440 que deixava à consideração alterar a redação valorizando mais a entrada dessas
441 43 pessoas para quadro de pessoal.

442 De seguida, em relação ao orçamento da Assembleia Municipal presume que o
443 *copy past* neste caso seja o suficiente, publicamente, todos os anos vão ouvindo
444 o Senhor Presidente da Assembleia queixando-se que não tem verbas próprias
445 para realizar eventos.

446 Interveio o Senhor Vereador Joaquim Lourenço referindo que todos os anos se
447 consulta o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, por outro lado, este órgão
448 não tem orçamento próprio, dado que a Lei não o permite, uma vez que não tem
449 classificação orgânica, só tem verbas para senhas e expediente.

450 Prosseguiu o Senhor Vereador João Paulo Agra constatando, e percebe-se qual
451 é, em relação ao “Roteiro do Património Histórico e Arqueológico do concelho de
452 Gouveia” existe uma dotação de €100,00, já em relação à “Implementação do
453 Museu Internacional do Livro Sagrado” tem uma dotação de €90.000,00 para
454 “Serviços”, pelo que perguntou que serviços é que aqui estão previstos.

455 Respondeu o Senhor Presidente referindo que se trata de “Consultoria Técnica”,
456 para o projeto/estudo. Está também prevista a realização de um Congresso em
457 Gouveia, para além da consultoria técnica que ainda assim tem este valor, porque
458 a conseguiram fazer com a parceria do Instituto Universitário, caso contrário seria
459 muito mais. Para além disso, há outras pessoas que estão a colaborar, referindo-
460 se a um conjunto de parceiros, para além da recolha de património, livros, espólio
461 que estão a ser doados e que na altura certa serão o acervo desse Museu.



CÂMARA MUNICIPAL DE GOUVEIA

462 Retomou a palavra o Senhor Vereador João Paulo Agra perguntando em relação
463 ao Bairro do Castelo e ao “Centro Interpretativo da Identidade e Memória” o que
464 efetivamente se pretende fazer no ano de 2019.

465 Respondeu o Senhor Presidente referindo que, no ano de 2019, pretende-se em
466 definitivo arrancar com o projeto, que será liderado pelo Professor Pedro
467 Carvalho. Para já, não há onde candidatar este projeto, pelo que terão que
468 arrancar com as verbas apenas do Município, por isso é que se encontra prevista
469 uma verba que não é de montante significativo, pelo contrário, mas no fundo
470 destina-se a abrir a rubrica. Aquilo que está previsto para desenvolvimento deste
471 projeto, a dois anos, pelo menos, rondaria os €250.000,00. Para além daquilo que
472 já está a ser feito, vão avançar com a parte procedimental em que estará
473 envolvida a Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, e outras entidades,
474 e em que haverá também um operador do mercado, porque há várias
475 intervenções que são mais de ordem técnica, como é a própria conceção do
476 espaço, entre outras, e são outros custos.

477 Trata-se de um projeto que pretendem avançar no próximo ano, mas para já não
478 existe componente de apoio onde enquadrar este projeto e terá que ser assumido
479 na totalidade como encargo da Câmara Municipal.

480 Usou novamente da palavra o Senhor Vereador João Paulo Agra parecendo-lhe
481 pela análise que fez que as quotas da ADRUSE são pagas pela verba global, já
482 que não se encontra individualizado.

483 Em relação à “Casa Vergílio Ferreira”, pela intervenção do Senhor Presidente as
484 despesas não serão neste momento de construção, na medida em que a
485 candidatura ainda está em curso.

486 Já em relação ao Paço de Melo, o Senhor Presidente falou que não há imóveis
487 classificados no concelho que foram afetados pelos incêndios, ainda assim pensa
488 que este espaço merecia alguma intervenção.

489 Em relação à zona do Mondeguinho, o Senhor Presidente falou num projeto que
490 está a ser desenvolvido por um técnico da Câmara, mas em termos orçamentais
491 não viu nada inscrito em Orçamento.



CÂMARA MUNICIPAL DE GOUVEIA

492 Respondeu o Senhor Presidente referindo que para já não se encontra inscrita
493 nenhuma rubrica em termos de Orçamento.

494 Retomou a palavra o Senhor Vereador João Paulo Agra falando na questão da
495 Fabrica dos Bellinos, de facto o documento reconhece que o espaço esteve
496 durante este tempo em acelerado processo de degradação, permanecendo as
497 instalações abandonadas desde 2002.

498 Em relação ao POSEUR, parece-lhe que é um programa onde acontecem várias
499 coisas, ou seja, a dívida a empreiteiros que vai transitar de ano e, ao mesmo
500 tempo, que há recebimento de verbas do POSEUR que também elas vão transitar
501 de ano, pelo grau de execução que é aguardado para o ano 2019 de projetos que
502 já estão com execução boa.

503 Respondeu o Senhor Presidente referindo que em relação a essas candidaturas
504 tem havido algumas dificuldades, uma vez que se trata de plataformas
505 eletrónicas, ao nível de instrução, mas sobretudo tem a ver com a execução das
506 empreitadas por parte dos empreiteiros. Se há alguns que estão a terminar como
507 é o caso da empreitada de Vila Franca da Serra, aquilo que ficar para o próximo
508 ano é um valor residual, poderá haver uma revisão de preços ou trabalhos a mais.
509 Tal como há outras rubricas que estão com valores residuais para acautelar
510 revisão de preços e não mais do que isso.

511 Retorquiu o Senhor Vereador João Paulo Agra referindo que nestes casos até
512 existem valores relativamente significativos por isso é que dá a ideia que vai
513 acontecer um fenómeno desses.

514 Interveio o Senhor Presidente referindo que, por exemplo, neste momento, as
515 ETAR's de Figueiró e de Vila Cortês da Serra já deviam estar com outra
516 execução.

517 Em relação ao Geopark – prosseguiu o Senhor Vereador João Paulo Agra –
518 pensa que merecia algum destaque, pois todos esperam que o ano de 2019,
519 venha trazer boas notícias em termos de aprovação do Geopark e, portanto,
520 essas notícias que todos esperam, podem ser importantes para o concelho de
521 Gouveia, não só em termos turísticos, mas a todos os níveis. Mas de facto, em
522 termos do orçamento, surge demasiado diluído e não aparece como um facto



CÂMARA MUNICIPAL DE GOUVEIA

523 importante, nem tão pouco do ponto de vista financeiro aparece identificado, só é
524 identificado o pagamento das quotas e não aparece a realização do *Observa*
525 *Estrela* que considera que merecia ser individualizado, tanto mais que se prevê a
526 sua realização no ano de 2019.

527 Usou da palavra o Senhor Vereador Jorge Ferreira referindo que a expectativa em
528 relação ao evento do *Observa Estrela* é que o mesmo seja financiado pela
529 candidatura apresentada pelo Aspiring Geopark Estrela, esperando que a mesma
530 venha a ser aprovada, aliviando deste modo o Município.

531 De seguida o Senhor Vereador João Paulo Agra referiu-se ainda aos Campos
532 Sintéticos, mais propriamente ao recente protocolo assinado com a Fundação
533 D.Laura dos Santos em relação ao novo campo sintético em Moimenta da Serra,
534 parece-lhe que os €8.000 de Moimenta correspondem à redução do valor de
535 €8.000 que foi retirado da rubrica do campo sintético de Vila Nova de Tazem.
536 Sinceramente, a realidade será aquela que os factos vierem a demonstrar, mas
537 também é verdade que poderemos ter expectativas mais favoráveis em relação à
538 utilização do recinto de Vila Nova de Tazem ou não tão desfavoráveis em relação
539 ao funcionamento deste recinto e daí a redução de €16.000 para €8.000.

540 Usou da palavra o Senhor Vereador Jorge Ferreira referindo que aquilo que está
541 previsto é que haja um decréscimo de gastos, porque os treinos das equipas da
542 Fundação D. Laura dos Santos deixam de ser suportados pelo Município, o que
543 corresponde a pelo menos oito horas semanais e, portanto, uma redução
544 significativa no pagamento que o Município tem que suportar. Os treinos em Vila
545 Nova de Tazem diminuem pois são repartidos entre Vila Nova de Tazem e
546 Moimenta da Serra.

547 O Senhor Vereador João Paulo Agra fez notar ainda que em relação aos custos
548 de elaboração do PDM, parece-lhe que a revisão não ocorrer garantidamente no
549 ano de 2019.

550 Retorquiu o Senhor Presidente assegurando que o processo tem que arrancar no
551 próximo ano.

552 Acrescentou o Senhor Vereador Joaquim Lourenço referindo que existe uma
553 verba para a elaboração da cartografia, até em duas rubricas separadas.



CÂMARA MUNICIPAL DE GOUVEIA

554 Por último, o Senhor Vereador João Paulo Agra colocou uma outra questão
555 relacionada com a aquisição de serviços de “Atividade de indústria e energia”,
556 ação 320, projeto 218/40, com €2.500 de dotação definida e com uma dotação de
557 €72.500, não definida, e embora não esteja totalmente definida a verba em causa
558 nas Atividades Mais Relevantes, pergunta que tipo de investimento está aqui em
559 causa.

560 Respondeu o Senhor Vereador Joaquim Lourenço referindo que tem duas partes,
561 uma para locação de bens e outra para aquisição de serviços relacionada com a
562 “Incubadora de Base Rural”, nos termos da candidatura apresentada.

563 Usou da palavra a Senhora Vereadora Conceição Salvador referindo que na
564 apresentação, na página 18, refere “(...) *continuamos a acautelar a necessidade*
565 *de construir um CROA que já tinha sido inscrito no anterior Orçamento na*
566 *expectativa de ver lograr a solução intermunicipal que se encontrava a ser debatida*
567 *no âmbito da CIM-BSE*”, perguntou se está prevista alguma concretização para o
568 próximo ano.

569 Respondeu o Senhor Presidente referindo que durante a próxima semana vai
570 realizar-se uma reunião com o representante de um município bem perto do de
571 Gouveia, que também está com o mesmo problema e, eventualmente, os dois
572 poderão vir a juntar-se para construir a solução, uma vez que a outra autarquia já
573 dispõe de um terreno e que o mesmo permitirá ser construído um equipamento
574 que possa ter dimensão para acautelar, pois vai ser um investimento com custos
575 elevados. Um equipamento em que os animais são alimentados e tratados e não
576 sendo adotados podem ter uma esperança de vida longa, para além de que são
577 estruturas que estão constantemente a receber cada vez mais animais.

578 Dentro em breve vai ter uma reunião com esse seu colega Presidente de Câmara,
579 para debater os factos práticos e concretos e se for viável aqui virá uma proposta
580 de protocolo de colaboração, não sendo possível terá que ser a autarquia por si
581 só a encontrar uma solução própria.

582 Usou novamente da palavra o Senhor Vereador João Paulo Agra referindo que
583 não foi debatido um assunto que pode ser chave para o ano que vem, bem como
584 os anos futuros, que se prende com a Descentralização, anunciando que os



CÂMARA MUNICIPAL DE GOUVEIA

585 Vereadores eleitos pelo Partido Socialista vão abster-se na votação deste ponto e
586 apresentaram uma declaração de voto que se encontra anexa à presente ata e
587 dela fica a fazer parte integrante.

588 Respondeu o Senhor Presidente referindo que a Descentralização não está
589 incluída, porque o processo ainda não está encerrado.

590 Discutido o assunto, delibera a Câmara, por maioria, com duas abstenções dos
591 Senhores Vereadores eleitos pelo Partido Socialista e com cinco votos a favor do
592 Senhor Presidente e dos Senhores Vereadores eleitos pelo PPD/PSD e, em
593 minuta, de modo a produzir efeitos imediatos, de acordo com o n.º 3 do artigo 57.º
594 da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, aprovar a **Proposta de Orçamento, PPI,**
595 **Atividades Mais Relevantes e Grandes Opções do Plano da Câmara**
596 **Municipal de Gouveia para o ano de 2019**, que se anexa à presente Ata e dela
597 fica a fazer parte integrante.

598 Mais se deliberou nos termos da alínea a) do n.º 1, do art.º 25.º, da Lei n.º
599 75/2013, de 12 de setembro, apresentar o documento ao órgão deliberativo para
600 aprovação.

601 Neste momento o Senhor Vereador Jorge Ferreira ausentou-se da reunião de
602 Câmara para estar presente numa reunião em Oliveira de Frades, em
603 representação do Município.

604 - - - **1.2) DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DO RELATÓRIO DE APRECIÇÃO DA**
605 **CANDIDATURA PARA AQUISIÇÃO DE LOTE NA ZONA INDUSTRIAL DAS**
606 **AMARANTES PELA EMPRESA SRL – OS MEUS SERVIÇOS DE LIMPEZA,**
607 **UNIPESSOAL, LDA:-** Usou da palavra o Senhor Presidente referindo que existe
608 uma análise técnica com prós e contras, desde logo, é uma empresa que se
609 pretende instalar e não vem criar postos de trabalho significativos, uma vez que
610 para já será apenas um posto de trabalho, sendo que, para o efeito será
611 necessário a junção de dois lotes da área central do loteamento e de acordo com
612 a informação técnica, esta instalação será para armazenamento de gás.

613 Não via inconveniente se o pedido fosse em relação aos lotes laterais, agora no
614 centro do loteamento, não concorda, porque contíguos a estes estão outros dois
615 lotes, o que pode, por razões óbvias e naturais, originar a que potenciais



CÂMARA MUNICIPAL DE GOUVEIA

616 adquirentes daqueles dois lotes não o pretendam fazer por se encontrar lá
617 instalado um parque deste género.

618 Assim, ou se recusa esta proposta ou se sugere que o interessado escolha um
619 outro lote que não tenha esta localização central relativamente ao loteamento.

620 Usou da palavra o Senhor Vereador Joaquim Lourenço considerando a escolha
621 de dois lotes centrais para o armazenamento de gás, despropositado para o
622 espaço em causa. Por outro lado, já houve em tempos alguns problemas devido à
623 instalação de depósitos de gás próximo daquele espaço, estar a colocar outro
624 depósito de gás, não pode concordar, pensa que já existem depósitos e
625 fornecedores de gás no concelho suficientes e não há mais-valias nenhuma para
626 o Município, uma vez que se trata de alienação abaixo dos preços de construção,
627 portanto sem qualquer mais-valia para o concelho.

628 Usou da palavra o Senhor Vereador João Paulo Agra concordando com a
629 apreciação feita, à qual acrescentou um argumento que é o seguinte, em caso de
630 aprovação, a decisão deste órgão, ainda vai passar pelo crivo dos lotes vizinhos.
631 Parece-lhes de facto despropositado a realização deste investimento e não lhes
632 parece que seja uma mais-valia para o concelho e por isso mesmo a posição dos
633 Vereadores do PS é no sentido de serem contra a realização deste investimento.

634 Discutido o assunto, delibera a Câmara, por unanimidade e, em minuta, de modo
635 a produzir efeitos imediatos de acordo com o n.º 3 do artigo 57.º da Lei n.º
636 75/2013, de 12 de setembro, aprovar o **Relatório de Apreciação da Candidatura**
637 **para a Aquisição dos Lotes n.º 12 e n.º 14, no Loteamento da Zona Industrial**
638 **das Amarantes**, pela empresa SRL – Os Meus Serviços de Limpeza, Unipessoal,
639 Lda, que se anexa à presente Ata e dela fica a fazer parte integrante, realçando
640 do seu conteúdo os seguintes principais fundamentos para tomada de decisão:

641 a) Considera-se que se trata da instalação de uma atividade com interesse
642 sócio-económico muito “diminuto”, porquanto apenas prevê, no imediato, a
643 criação de 1 novo posto de trabalho, não se constituindo como uma mais-
644 valia para a estrutura económica e empresarial do Concelho de Gouveia,
645 dado tratar-se de uma instalação de serviços sem objetivos de inovação e
646 com impacto meramente local.



CÂMARA MUNICIPAL DE GOUVEIA

647 Resulta, assim, a consideração de ausência de mérito do projeto,
648 porquanto é proposta a utilização de solo urbano totalmente
649 infraestruturado a que está associado um elevado custo de urbanização,
650 para a mera ocupação com armazenamento de gás.

651 b) A existência de distribuidores sediados em Gouveia e Concelho no
652 mesmo ramo de atividade (armazenamento e a revenda e distribuição de
653 garrafas de gás) sendo que a atribuição de um lote para este fim poderá
654 ser encarada pelas restantes empresas da área como incentivo
655 desproporcional de concorrência.

656 c) É constatável que a proposta não assume a construção efetiva de edifício
657 que sustente a contínua presença e utilização do lote, incentivando a
658 ocupação e desenvolvimento da área comercial/industrial, conforme
659 previsto no Regulamento respetivo.

660 Em paralelo, a operação exigiria a alteração do loteamento industrial,
661 impondo o “agrupamento” de dois lotes, com redefinição das áreas
662 construtivas e afastamentos.

663 O entendimento e decisão do Executivo, tendo por base os fundamentos do
664 Relatório de Apreciação, para além de razões associadas a questões de
665 segurança, risco e conseqüente prejuízo para outros investimentos, pelo efeito
666 dissuasor que esta implantação implicaria, determinam o **indeferimento do**
667 **pedido formulado pelo requerente.**

668 - - - Não havendo mais assuntos a tratar, pelo Senhor Presidente foi declarada
669 encerrada a reunião, pelas onze horas e trinta minutos, da qual para constar se
670 lavrou a presente ata, nos termos do n.º 1, do Art.º 57.º, da Lei 75/2013, de 12 de
671 setembro, a qual será submetida à aprovação do Órgão Executivo, nos termos do
672 n.º 2, do mesmo artigo.

673

674

A Chefe de Divisão

675

676

677

A Câmara Municipal



CÂMARA MUNICIPAL DE GOUVEIA

678

679

680

681

682

683

684

685

686

687